

O RURAL E O URBANO NO CERRADO SUL-MARANHENSE:

**Balsas enquanto cenário de reprodução das transformações
socioespaciais no pós 1980**

THE RURAL AND URBAN IN THE CERRADO SUL-MARANHENSE:

**Balsas while scenario of reproduction of socio-spatial transformations in the post
1980**

EL RURAL Y URBANO EN EL CERRADO SULMARANHENSE:

**Balsas como escenario de reproducción de las transformaciones socioespaciales en
el post 1980**

Francisco Lima Mota

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Técnico Administrativo da
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.
franciscocesiinema@gmail.com

Recebido para avaliação em 24/11/2017; Aceito para publicação em 27/12/2017.

RESUMO

O espaço agrário das áreas do bioma Cerrado vem, nas últimas décadas, passando por um processo de profundas transformações na sua estrutura produtiva como também na sua ordem técnica. Dessa forma, observa-se que os efeitos gerados pela relação que se criou entre os espaços urbanos e rurais, relação esta oriunda de uma agricultura globalizada, passaram por uma total reestruturação das suas bases sociais e econômicas. Por isso, este estudo visa compreender as recentes relações criadas entre o campo e a cidade, vistas agora pela inserção do meio técnico científico informacional através das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio sojeiro no município de Balsas na região Sul do estado do Maranhão.

Palavras-chave: Espaço Rural; Espaço Urbano; Reestruturação Produtiva; Cidade do Agronegócio.

ABSTRACT

The agrarian space of the areas of the Cerrado biome, have seen in the last decades going through a process of deep transformations in its productive structure as well as in its technical order. In this way, it observes that the effects generated by the relationship that has been created between urban and rural spaces, a result of a globalized agriculture, have undergone a total restructuring of their social and economic bases. Therefore, this study aims to understand the recent relationships created between the countryside and the city, now seen by the insertion of the technical informational scientific means through agricultural activities related to the agribusiness sojeiro in the municipality of Balsas in the southern region of the State of Maranhão.

Keywords: Rural Space; Urban Space; Productive Restructuring; Agribusiness City.

RESUMEN

El espacio agrario de las áreas del bioma Cerrado, ven en las últimas décadas pasando por un proceso de profundas transformaciones en su estructura productiva, así como en su orden técnico. De esta forma, observa que los efectos generados por la relación que se creó entre los espacios urbanos y rurales, relación esta oriunda de una agricultura globalizada, pasaron por una total

reestructuración de sus bases sociales y económicas. Por eso, este estudio busca comprender las recientes relaciones creadas entre el campo y la ciudad, vistas ahora por la inserción del medio técnico científico informacional a través de las actividades agrícolas ligadas al agronegocio sojero en el municipio de Balsas en la región sur del estado de Maranhão.

Palabras clave: Espaço Rural; Espaço Urbano; Reestructuración Productiva; Ciudad del Agronegocio.

INTRODUÇÃO

Com a racionalização da produção industrial por meio da divisão do trabalho, sobretudo com a tecnificação da produção, as formas de apropriar a natureza transformaram-se e apresentaram como uma das principais consequências a redução da força bruta, o que implicou também na redução de postos de trabalho e na migração do homem do campo para as cidades. Em contrapartida, as cidades em emergência receberam tal contingente populacional e tiveram um crescimento vertiginoso. Tanto no que se refere aos novos arranjos produtivos, como de meios de acumulação de capital e de reprodução de um modo de vida específico ligado ao trabalho assalariado e ao consumo.

Nesse contexto, nos últimos 50 anos assistimos a um quadro de transformações de diversas magnitudes e complexidades, caracterizando um novo momento no capitalismo, o qual recebe inúmeras denominações e conta também com variadas interpretações, muitas vezes conflitantes entre si.

E no cenário do agronegócio brasileiro, as áreas de Cerrado, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, tornaram-se palco da introdução direta do capital tanto público quanto privado, no que tange à modernização da agricultura e, consequentemente, na construção de novos territórios através da atividade agrícola. Entre esses, no estado do Maranhão destaca-se a Mesorregião Sul Maranhense e, de modo particular, a Microrregião dos Gerais de Balsas, onde se encontra o município de Balsas/MA, devido a sua inserção nesse processo “modernizador”, que a partir da década de 1970 presenciou a difusão do agronegócio, este vinculado à produção de grãos em larga escala.

E é em torno do agronegócio na referida cidade que centramos os objetivos desse trabalho, tendo em vista que o presente texto debate as transformações ocorridas no município de Balsas/MA no pós 1980, em detrimento das atividades agrícolas modernas.

Dessa forma, a discussão aqui proposta se dá em torno dos efeitos gerados pela relação que se criou entre os espaços urbanos e rurais, relação esta oriunda de uma agricultura globalizada e que fez com que esses espaços do município de Balsas/MA passassem por uma total reestruturação das suas bases sociais e econômicas, passando a ser,

a partir desse momento, espaços urbanos com traços rurais como também áreas rurais com características urbanas. Assim, o objetivo deste artigo é compreender as recentes relações criadas entre o campo e a cidade, vistas agora pela inserção do meio técnico científico informacional através das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio sojeiro no município de Balsas, na região sul do estado do Maranhão.

O texto está organizado em três partes, além da introdução e das considerações finais. No primeiro item analisamos a relação criada entre o campo e a cidade, discutindo, principalmente, como ocorre essa relação no espaço brasileiro. Num segundo momento, analisamos as transformações da agricultura brasileira, dando ênfase à agricultura maranhense e os seus desdobramentos. E, finalmente, na última parte desse texto, mostramos as transformações ocorridas no município de Balsas, aqui classificada como sendo cidade do agronegócio do Cerrado maranhense.

O CAMPO E A CIDADE, O RURAL E O URBANO SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA

Etimologicamente, campo e cidade sempre estiveram permeados de diferenciações. Cabia à cidade o papel da centralidade, da supremacia em relação ao campo. Quanto ao campo, este detinha a função de dispersão das pessoas e da subordinação em relação à cidade. Essas atividades emergem e se concretizam como alternativa produtiva e como meio de manutenção das condições de vida na cidade e no campo. A esse respeito, Sobarzo (2010, p. 55) assevera que a “diferença entre esses espaços se produz em função da divisão do trabalho, correspondendo à cidade as funções de administração e comando, mas a separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção”. Nesse sentido, ressalta-se que a discussão entre o “rural” e o “urbano” recebe, nos dias atuais, um direcionamento mais profundo no campo das ciências sociais e humanas e esse novo direcionamento se dá no campo dos debates teórico-metodológicos que a temática necessita.

No campo das discussões teóricas a respeito da relação/divisão de trabalho entre o campo e a cidade, Marx foi precursor e retomado por Henri Lefebvre em sua “revolução urbana”. Contudo, mesmo que a matriz teórica de Lefebvre seja Marx, suas análises ultrapassam o ponto de vista econômico, colocando em pauta a questão do espaço e sua produção por intermédio do avanço do urbano, ideologicamente, sobre as sociedades agrárias, pois o tecido urbano é multifacetário, nos âmbitos da cultura, da política e da

economia, tendo em vista que os modos de vida estão intrínsecos nele. O que fica claro, por fim, é que o urbano é processo histórico, social e espacial.

Analisando e discutindo a relação fecundada entre o campo e a cidade, no desenrolar da própria evolução da história, Lefebvre (2001a) afirma que conceitos como espaço e tempo deverão ser visto como formadores dessa relação, que ele defende como uma relação espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica e, temporal, uma vez que se desenvolve no tempo. Esse autor ainda sustenta a ideia de que a industrialização estende suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações e continentes.

Para entendermos a relação que se criou no desenrolar da própria história no tocante dessa dualidade campo-cidade, o ideal é que façamos uma desfragmentação do dicotômico. Para Corrêa (1989, p. 21), “a relação campo cidade ao longo da história tem sido estudada por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, porém, cada área da ciência com o seu objetivo”. Reforçando essa tese, Santos (2009) sugere que, embasados nessa clássica dicotomia rural-urbano, aqui colocando no centro dessa discussão o espaço brasileiro, que seja feita uma (re)adaptação desses termos anteriormente citados, por espaços agrícolas e espaços urbanos. A partir dessa concepção, os estudos das disparidades entre esses dois espaços deverão privilegiar as determinações que evidenciam a separação entre as mesmas, não se apoiando em possíveis interferências que um espaço possa sobrepor ao outro. Nesse sentido, ao interpretarmos os espaços em análise, como dois polos que se contrapõem naturalmente pelas evidências sociais, estaremos também reduzindo o conhecimento da realidade.

Nas últimas duas décadas do século XX, observou-se uma série de transformações inerentes às relações campo-cidade devido às influências crescentes do processo de globalização, principalmente no que se refere à economia. Presenciamos cada vez mais nos espaços rurais, os efeitos globalizantes, ou seja, espaços rurais cada vez mais carregados de novos fenômenos, em sua maioria heterogêneos, diversificados e não exclusivamente agrícolas. Como destaca Martins (2008, p. 40), “transformar o fazer geográfico construído no cotidiano por intermédio das vivências (urbanas e rurais)”, em diferenças fundamentais “é seguramente negligenciar que tanto o rural como o urbano condensa processos sociais interligados dialeticamente”. A esse respeito Martins (2008, p. 40) ainda pontua que:

Isso revela a simplificação das experiências sociais e do acontecer geográfico da sociedade. O rural e o urbano representam uma prática social que transcende as atividades que se desenvolvem dentro de suas espacialidades e englobam outras dinâmicas da complexidade.

Percebemos então que a separação entre o campo e a cidade está ligada aos modos de apropriação e usos dos seus respectivos espaços. De acordo com Lefebvre (1999), a dicotomia campo cidade é produzida pela divisão do trabalho: entre trabalho material e intelectual, sendo que cada um apresenta suas especificidades. Nas cidades o trabalho é centrado em atividades políticas, militares e a produção de conhecimento. No rural a ideia de trabalho está associada à apropriação da força de trabalho humano e dos ciclos da natureza. Assim temos, de um lado, a cidade voltada ao intelectual, de outro, o campo, cujo elemento essencial de produção e transformação da natureza é realizada através do trabalho braçal.

Entretanto, a partir da década de 1970, foi possível observar um processo de urbanização que integrou na sua lógica de totalidade os diversos espaços regionais à centralidade urbana industrial, ou seja, um processo de urbanização que partia das grandes metrópoles em direção às metrópoles regionais, cidades médias e, principalmente, em direção aos centros urbanos que acabavam de se inserir no projeto de modernização da economia nacional, agora guiados não apenas pelas atividades industriais urbanas, mas também pelas atividades agrícolas modernas, tendo nas áreas do Cerrado no Centro-oeste e Nordeste brasileiro seus maiores receptáculos de apropriação.

Vimos, diante disso, um redesenhar socioespacial, fruto de mudanças que podem ser vistas no que aqui colocaremos ainda em curso, do surgimento de um novo urbano e de um novo rural, em especial, a partir da década de 1980. É o que se discute, a seguir.

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PÓS 1970 E SUAS MARCAS NA REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA

O Brasil presencia, já nas primeiras décadas do século XX, transformações significativas no seu complexo rural. Observa-se nesse período uma série de mudanças nas formas de produção e nas relações de trabalho. Entende-se desse modo que o capital financeiro ingressou de forma decisiva para dar uma nova roupagem ao campo. Nesse sentido, Graziano da Silva (1996) afirma que a natureza colocou-se como sendo subordinada ao capital, isto porque a produção deixou de ser uma esperança aos olhos das forças da natureza para se transformar numa lógica concreta, sob o comando do capital.

Essa alternância no modo de produção na agricultura se dá de forma mais arrojada no período Pós Segunda Guerra Mundial, momento em que introduziu-se, de forma mais sistemática, um processo de modernização da agricultura no Brasil (GRAZIANO DA

SILVA, 1996). Observou-se, desse modo, transformações capitalistas na base técnica de produção. Estas mutações foram oriundas da passagem de uma agricultura menos competitiva, para um modelo que passou a utilizar um número maior de insumos de origem industrial.

Conforme aponta Martine (1987), a efetivação desse novo modelo agrícola, implementado durante o regime militar integrou consideravelmente a produtividade agrícola ao parque industrial nacional, se efetivando, devido à internacionalização de um pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, que iniciou no Brasil em meados dos anos 1960. Nesse aspecto, estudos relacionados à difusão da agricultura moderna no território brasileiro, como é o caso daqueles desenvolvido por Lavinias e Ribeiro (1991), enfatizam que:

Através de programas especiais, regionalizados, e de políticas públicas (créditos, preços mínimos, etc.), que o Estado brasileiro foi na década de 1970 a grande alavanca do processo de modernização da agricultura. Modernização essa centrada na transformação da base técnica de produção, através da incorporação de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho (LAVINAS; RIBEIRO, 1991, p. 73).

De acordo com Aguiar (1986, p. 76), essa nova maneira de agricultar traria:

O emprego maciço de inovações técnicas (fertilizantes, máquinas, defensivos, etc.) e, no geral, voltadas para a produção de exportáveis, a agricultura modernizada dos países subdesenvolvidos constitui, de fato, um elo no processo de complementação/especialização dos sistemas produtivos nacionais, articulando-se, portanto, ao jogo da divisão internacional do trabalho.

Esse pacote chegou ao país num momento importante, pois havia se aperfeiçoado, no que diz respeito às pesquisas voltadas para a melhoria das sementes e combinações de fertilizantes. Assim, de acordo com Ianni (1996), esse processo é caracterizado pela subordinação da agricultura à indústria e a sujeição do campo à cidade, pois ao mesmo tempo em que ocorre uma alternância das classes sociais do campo, multiplicam-se e consolidam-se os laços entre as classes sociais rurais e urbanas.

Não obstante, apesar de todo o *marketing* criado sobre a modernização da agricultura, é necessário ainda um entendimento acerca dessa chamada ideologia modernizadora. É importante questionar que modernização é essa que acaba excluindo algumas áreas em detrimento de outras? Que “Brasis” agrícolas foram criados através do processo de modernização, onde uma pequena parcela que vive na contingência, centralizando o processo produtivo, em detrimento de uma grande maioria de desprovidos de terras, técnica e capital.

Aguiar (1986), ao analisar o processo de modernização da agricultura brasileira, descreve que esse pacote não foi feito para todos, mais sim para um grupo altamente capitalizado. Conforme o autor:

[...] é, com efeito, o traço mais constante do processo e do ritmo da modernização. Essa desigualdade pode ser avaliada, por certo, através dos índices de tecnificação. De fato, quando examinamos segundo sua distribuição regional, a sua incidência por tipo de culturas –de consumo popular e de exploração- e por estratos dos estabelecimentos rurais, os índices de tecnificação demonstram o caráter parcial e precário da modernização, a sua natureza de classe e a sua articulação ao processo de internacionalização da produção capitalista. A modernização, tal e qual se deu no Brasil, significou, na realidade, a transnacionalização da agricultura e a sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho (AGUIAR, 1986, p. 100).

Ainda sobre essa questão, Gonçalves Neto (1997, p. 78) ressalta que:

A década de 70 assistira a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

Na década de 1970, a agricultura brasileira deixou de ser estudada por seus complexos rurais e passou a ser vista a partir de seus complexos agroindustriais – CAI's. Isso, na prática, significa a passagem de uma agricultura estritamente voltada para a produção de alimentos de base local, para uma relação mais íntima entre agricultura e indústria, através da qual a indústria proporciona os elementos necessários à produção e à agricultura, fornecendo matéria-prima para a industrialização. Ao fazer uma análise desse momento em que vive a sociedade brasileira como um todo, Muller (1989, p. 19) ressalta que:

[...] não quer dizer necessariamente que o padrão de vida tenha melhorado. Mesmo nas áreas urbanas a pobreza ampliou sua área de domínio. [...] a distribuição da renda nos meios rural e urbano, nos anos 1970 e 1980, revela que a maioria dos grupos de renda mostra-se mais concentrada no meio urbano, [...] a tendência da distribuição da renda no campo é semelhante à do meio urbano. O que indica que a cidade lança seu modo de organizar socialmente a vida para o meio rural, suprimindo, assim, a antiga distinção entre este e aquela.

As relações entre o campo e a cidade tornaram-se mais próximas no tocante desses novos arranjos espaciais, advindos do novo padrão da agricultura brasileira. Há que se

identificar, nesse sentido, o surgimento de novos arranjos territoriais produtivos, que se articulam e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Para Elias (2006a), esses novos arranjos ou pontos luminosos seriam as áreas mais dinâmicas relacionados à expansão da modernização da produção e do espaço agrícola e, verificando-se de uma forma mais clara, a implantação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008a, 2008b) nas atividades agrícolas.

A agricultura teve, historicamente, um papel relevante no processo de desenvolvimento do país, servindo de base para o desenvolvimento da indústria e dos serviços, além da criação dos novos territórios como superação da ideia deste diante da concepção de espaço. A partir de então, surgem novas áreas agrícolas, que podem ser incorporadas à produção e ao consumo agropecuário globalizado.

Estes novos espaços agrícolas produtivos foram o palco para a inserção das atividades do *agribusiness*, terminologia que, conforme Brum e Mueller (2008), difundiu-se rapidamente, principalmente após a industrialização da agricultura pós anos 1970, o que fez surgir novas áreas agrícolas, que foram incorporadas à produção e ao consumo agropecuário globalizado.

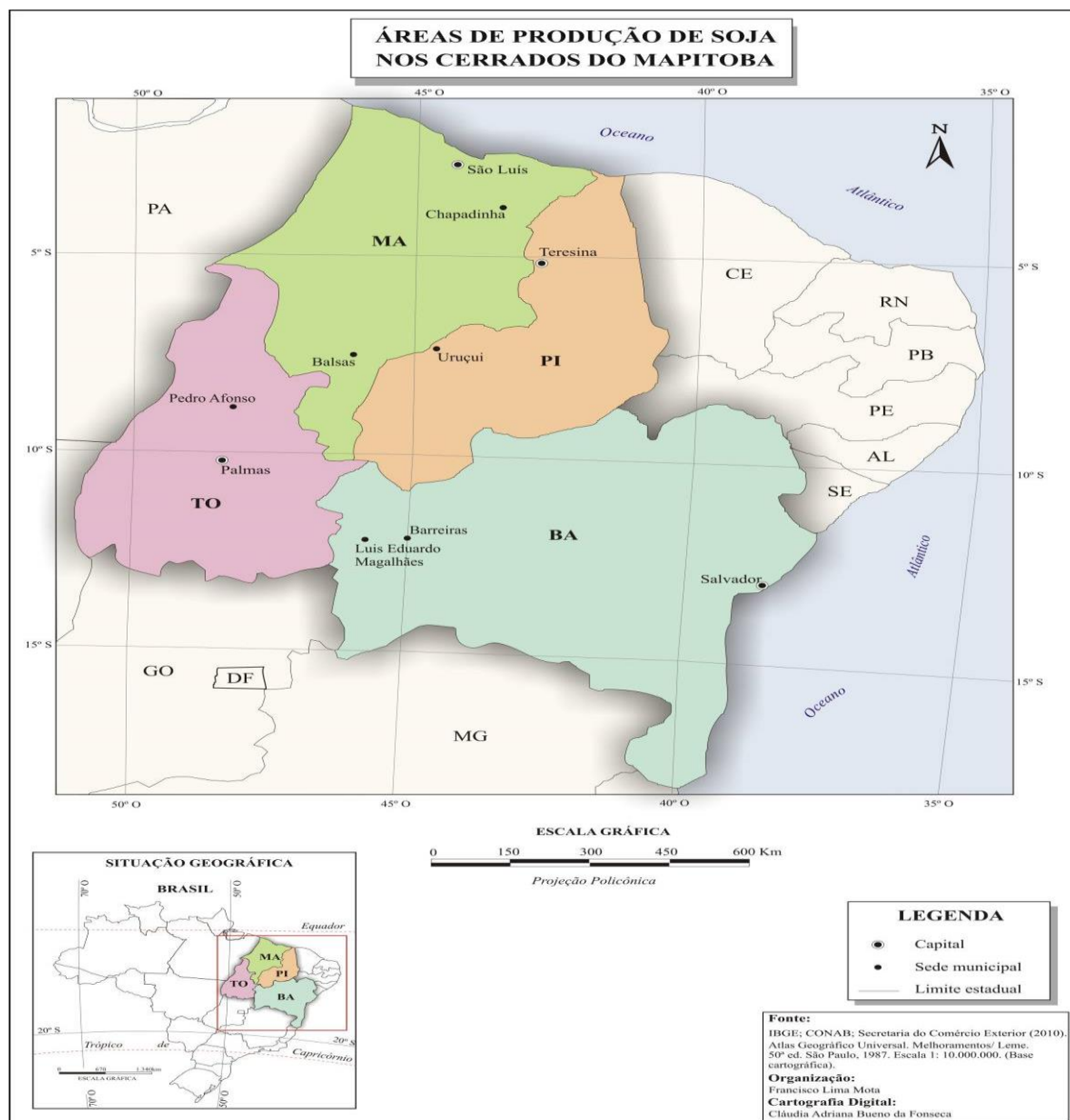
A gênese e efetivação dessas regiões produtivas decorrentes do agronegócio, aqui se referindo ao Brasil, têm como matriz um conjunto de forças em articulação. Dentre elas, temos o Estado (que assume o papel de promover políticas públicas, incentivos fiscais e redução de impostos), além das inúmeras empresas multinacionais e nacionais ligadas à produção de grãos em larga escala.

A formação destas regiões produtivas agrícolas obedece aos interesses dos agentes hegemônicos que estão à frente de tais processos, empresas agrícolas nacionais e multinacionais, e isso significa que não seguem necessariamente às divisões políticas administrativas estabelecidas, nem mesmo aos interesses locais, regionais ou mesmo nacionais (ELIAS, 2008, p. 2).

Uma das características que perdurou por muito tempo no contexto da agricultura brasileira é a que sustenta que a região Nordeste do Brasil tem uma expressão econômica insignificante, mantida quase que exclusivamente pelas atividades da pecuária extensiva e na agricultura. Mais tarde, já na década de 1970, essa região passa a configurar-se como uma nova região produtiva, graças à inserção do Cerrado como um produtor de mercadorias agrícolas, principalmente aquelas ligadas diretamente à produção de grãos, com destaque para a soja, que além de ocupar áreas da região Centro-oeste, passa também a ocupar as áreas do Nordeste e o Norte brasileiro. Vale lembrar que a ocupação dessas áreas ocorreu praticamente no mesmo período. Neste momento, as comunidades tradicionais ainda

viviam do extrativismo vegetal, fundamentada na agricultura de subsistência e a pecuária extensiva que eram as práticas agrícolas vigentes nessas áreas no Nordeste brasileiro.

Esse processo modernizador da agricultura notado nas áreas do Cerrado nordestino, apesar de apresentarem traços semelhantes a outras áreas de ocupação, apresentam também peculiaridades. Devido a essas peculiaridades surgiram estudos que se interessaram em investigar conjuntamente essas áreas. Entre elas a que ficou conhecida como MATOPIBA, denominação para o conjunto das áreas pertencentes a quatro estados (Mapa 1), a partir da junção das siglas dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA).



Mapa 1- Áreas de Produção de Soja nos Cerrados do MAPITOBA

Na região do MATOPIBA, no que se refere ao Maranhão, ressalta-se a difusão do agronegócio sojeiro, aqui colocando em evidência a região dos Gerais de Balsas, e particularmente o município de Balsas, que passa a fazer parte das regiões produtivas do cenário nacional.

Em suma, pode se assegurar que a modernização da agricultura cria espaços distintos, não limitando ao campo a supremacia dessas transformações socioespaciais. Cabe à cidade, então, o papel de gerir e ao mesmo tempo dar suporte técnico para a manutenção da atual configuração pela qual os novos espaços agrícolas atravessam atividades agrícolas modernas.

BALSAS: centro agrícola dinamizador e de influência do estado do maranhão

O processo de transformação econômica do estado do Maranhão, apoiada nas atividades primárias para uma economia alicerçada em alguns pilares da globalização, vem promovendo profundas mudanças nas suas estruturas não só econômica, mas também políticas, sociais e territoriais, como aquelas vivenciadas no município de Balsas.

Esse município (Mapa 2) localiza-se na Mesorregião Sul Maranhense e na Microrregião dos Gerais de Balsas, a uma distância de, aproximadamente, 1000 quilômetros da capital do estado, São Luís. Possui uma área territorial de 3.141,637 km², apresentando densidade demográfica de 6,36 hab./ km² e uma população de 83.528 habitantes sendo que 72.771 vivem na cidade e 10.757 no campo (IBGE, 2010). A cidade localiza-se junto ao rio de mesmo nome, único afluente da margem esquerda do rio Parnaíba, com 510 km de extensão. As coordenadas geográficas do município são 07°31'57" latitude Sul e 46°02'08" longitude Oeste.

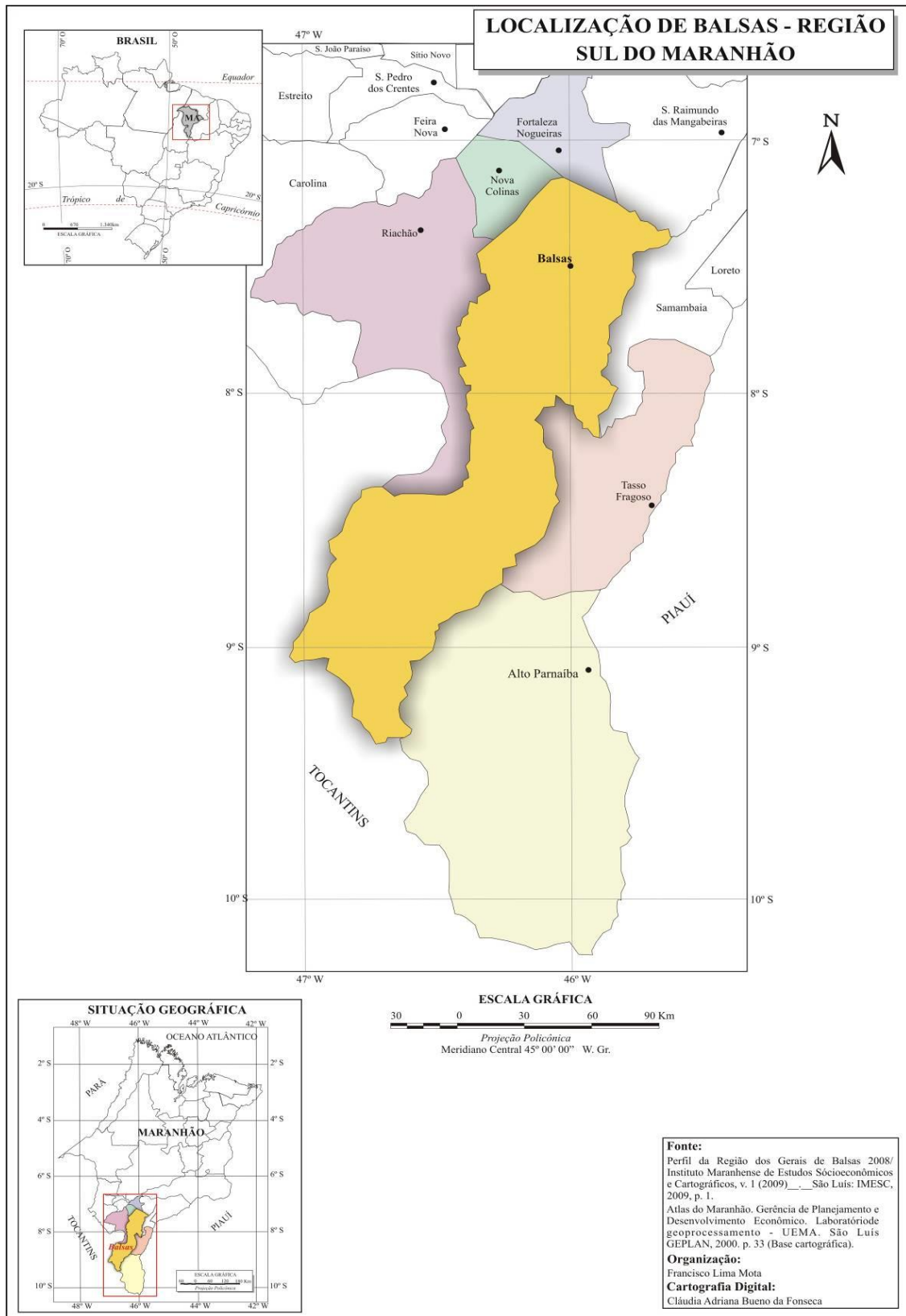
A referida cidade, a exemplo da região Sul do estado do Maranhão, teve sua ocupação inicial vinculada à presença de vaqueiros nordestinos que, fugindo da seca, cruzaram, principalmente, as terras do estado do Piauí, migrando para terras maranhenses. Coelho Neto (1979, p. 103) ao estudar sobre a formação inicial de Balsas ressalta que:

O porto das Caraíbas era passagem obrigatória para todos os tropeiros que atravessavam o rio Balsas. A área servia na verdade, de referência para todas as embarcações, na sua maioria feitas de buritis (palmácea até então típica da região), as quais recebiam o nome de “balsas”.

Nesse processo inúmeros mercadores se dirigiram às terras da região, que futuramente seria entendida como o “eldorado” da agricultura maranhense, iniciada já no

final do século XIX. Como exemplos desses precursores têm a presença do baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador que abastecia a população local dos sertões de fumo e sal (BARBOSA, 2008). Ao se fixar nessa área, Antonio Jacobina construiu às margens do Rio Balsas um pequeno comércio que abastecia a vila com fumo, cachaça, rapadura, sal e querosene, reforçando a ideia do povoamento, caracterizado dia a dia num movimento contínuo, chegavam famílias e famílias, para fixarem residência na então considerada promissora terra (BARBOSA, 2008).

Ainda sobre o processo de formação histórica do município de Balsas, Sandri e Baú (2008) discorrem que se fundou o Arraial de Vila Nova, em substituição ao Porto das Caraíbas. Em 1879, Vila Nova já possuía duas ruas e o largo, depois chamado de Largo da Igreja, atualmente Praça Getúlio Vargas, onde foi construída a igreja de Santo Antônio. O lugar foi elevado à categoria de Vila em 7 de setembro de 1892 e, passou à categoria de cidade através do Projeto de Lei 775, de 22 de Março de 1918, da autoria do Deputado Estadual Thucydes Barbosa, recebendo a denominação de Balsas (SANDRI; BAU, 2008).



Mapa 2 – Localização de Balsas- Região Sul do Maranhão.

Ressalta-se que o município sempre teve uma vinculação com as atividades agrícolas, ocupando um lugar de destaque no estado. Balsas teve como primeiro ciclo

econômico produtivo o arroz e no final do século XX a soja despontou como a principal atividade da agricultura local. O município passa, a partir de então, a interessar ao capital hegemônico do agronegócio globalizado, voltando à produção de *commodities* fundamentadas na produção de grãos, em especial, a soja para o mercado mundial e, não mais uma agricultura que priorizava somente a produção de alimentos, como ocorria com a produção de arroz.

Em estudo sobre o ciclo econômico produtivo do arroz no estado do Maranhão, Fonseca (2008) afirma que:

O Maranhão, assim como a região Sul do estado, aqui representado pelo município de Balsas, sempre esteve entre os cinco maiores produtores de arroz. [...] A principal explicação para este comportamento é o processo de expansão da fronteira agrícola, utilizando o arroz como cultura pioneira, para em seguida ceder espaço para a soja ou atividade pecuária (FONSECA, 2008, p. 24-25, grifo do autor).

A esse respeito, Elias (2006a, p. 236) relata que inúmeras cidades do Brasil, assim como Balsas (MA), presenciaram a desestruturação da “formação socioespacial anterior e a promoção de novas dinâmicas políticas, sociais, culturais e territoriais”. Ainda, segundo Elias (2006a), esse processo recente só veio a confirmar a reestruturação produtiva da agropecuária, e em se tratando da maranhense, essa reestruturação foi decorrente da penetração cada vez mais intensa do capital financeiro, promovendo mutações na estrutura dos municípios, em particular de Balsas.

A tabela 1 mostra essa preocupação de Elias (2006a) quando visualizamos a substituição da rizicultura, até então, um dos principais produtos cultivados no Maranhão. Até início da década de 1980 o estado esteve entre os cinco maiores produtores nacionais de arroz, sendo substituído pelo Complexo Soja no início da década de 1980.

Tabela 1 – Áreas utilizadas em hectares e produção em toneladas nas culturas de arroz e soja no Maranhão – 1985 a 2006

PERÍODO	Rizicultura			Complexo Soja		
	ÁREA (ha)	Produção (ton)	(%)	ÁREA (ha)	Produção (ton)	(%)
1985	636.219	799.322	98,99%	7.189	8.089	1,01%
1990	690.495	464.796	99,10%	16.300	4.176	0,90%
2000	478.839	727.442	61,53%	175.716	454.781	38,47%
2006	507.446	702.224	42,99%	323.500	931.142	57,01%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006
Org.: MOTA, F. L., 2011.

Ao observarmos a tabela 1 destacamos a relevância que tinha a produção de arroz no tocante à produção das lavouras temporárias no estado, tendo uma oscilação de 636.219 ha a 507.446 ha entre os anos de 1980 a 2006, respectivamente, enquanto que a introdução do Complexo Soja, já em meados de 1980 correspondeu ao uso de 7.189 ha na sua fase inicial e, em 2006, verificamos uma elevação para 323.500 ha de áreas agricultáveis com soja. Marafon (1998) analisa esse processo na realidade brasileira e defende a tese de que o complexo agroindustrial foi constituído, expandiu e propagou-se por algumas áreas no Brasil pelo processo de modernização da agricultura, caracterizado, na maioria dos casos, como sendo o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Essa nova configuração do espaço agrícola maranhense se apresenta, conforme Elias (2006a, p. 226), como sendo o momento em que o Brasil:

Vislumbra a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado, *Balsas, por exemplo*, fazendo de alguns lugares importantes receptores de vultosos investimentos de importantes empresas do setor, difundindo-se o agronegócio e a agricultura científica (grifo nosso).

Com relação à agricultura, as áreas que ocupam uma importância maior são as do Cerrado, localizadas ao Sul do estado, onde há uma maior especialização da sua agricultura, com destaque à produção de grãos em larga escala, dando uma ênfase para o cultivo da soja.

Sendo que, de acordo com Pessôa (1988, p. 99-100), o interesse por esse bioma não é algo recente, pois,

O interesse econômico pelo cerrado data do século XIX, quando pesquisadores de outros países visitaram o Brasil. Entretanto, as razões de ordem econômica para sua exploração surgiram, sobretudo, na década de 1970, quando foram desenvolvidos estudos para correção dos solos para atender as necessidades das diversas lavouras a serem cultivadas na região. [...] as facilidades de mecanização nas áreas planas do cerrado e a garantia de preço desta cultura no mercado internacional foram fatores que contribuíram para sua expansão.

Reforçando essa tese, Mota (2007) afirma que a seleção dessas novas áreas agricultáveis do Sul do Maranhão se deu devido a inúmeros fatores e acrescenta que:

É importante ressaltar que o preço baixo da terra, aliado à topografia plana da região são entendidos como fundamentais nesse processo. [...] embora os fatores físicos sejam importantes para a instalação da agricultura comercial eles não respondem pelo movimento total dessa dinâmica impressa na paisagem. Outros agentes estão por trás disso, como a influência política, por exemplo (MOTA, 2007, p. 5-6).

Nessa mesma perspectiva, Araújo (2010), em estudo sobre o processo de modernização da agricultura nas áreas no Cerrado, relata o papel do Estado nessa nova forma de ver a agricultura nas áreas até então inexpressivas para tal atividade econômica. Para a autora, as políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro:

Foram beneficiadas pelos programas financiados pelo governo federal e estadual, os quais possuíam como objetivo principal a incorporação de terras relativamente baratas por meio da intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos e da mecanização da produção agrícola. [...] o avanço e o crescimento da agricultura no cerrado foram determinados pelo progresso técnico possibilitado pela pesquisa e experimentação, e pelos incentivos governamentais, os quais se consubstanciaram em programas regionais de desenvolvimento agrícola (ARAÚJO, 2010, p. 145).

Mormente, para entender essa modernização nas áreas do Cerrado, e no contexto do Sul do Maranhão, Faria (1998) descreve que,

[...] esse novo olhar da agricultura em direção às regiões interioranas ou centrais do Brasil tinha como objetivo romper com as tradicionais formas de produzir, alterando, por conseguinte, as antigas relações sociais de produção, tanto no setor urbano quanto no rural (FARIA, 1998, p. 159).

A migração de sulistas em direção ao município de Balsas, especialmente aqueles ligados ao setor rural ou agroindustrial, remonta às décadas de 1970 e 1980, isso como consequência da concentração da terra e da divisão excessiva dos minifúndios existentes nos estados que compunham a região Sul do país. Na discussão quanto à apropriação do Cerrado, os gaúchos que migraram em direção às terras maranhenses, assumem o *status* de “agentes” do desenvolvimento local. Desenvolvimento este de cunho capitalista. Dessa forma, a dinâmica da migração, associada à agricultura globalizada só traria ganhos aos espaços urbanos e rurais do município, cabendo à cidade uma gama maior de novos incrementos.

Quanto à política de incentivo para que os sulistas ficassem na região, houve uma saída significativa das pessoas que antes habitavam a zona rural do município, acarretando assim uma migração significativa de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas. Conforme Elias (2006a, 2006b), em todas as áreas de expansão do agronegócio globalizado, é comum esse processo de urbanização. Em contrapartida, essa inversão nos moldes populacionais, acaba gerando uma remodelação dos espaços agrícolas. Fenômeno que, para Ianni (1996, p. 52), trata-se de uma revolução que o capitalismo está implantando no campo. Ainda, segundo o autor:

Transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias socioculturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global.

Também nos estudos de Ianni (1996) verificamos que, no caso de Balsas, como sendo cidade polo dessa região produtiva, houve uma progressiva transformação dos espaços urbanos e rurais, afetando radicalmente o modo de vida, pensar e sentir daqueles que se dedicam às atividades nesses espaços. Para o autor, os padrões e valores socioculturais presentes nesses espaços, modificam-se de forma bem significativa, aproximando-se cada vez mais uns dos outros. Aparatos como o rádio, televisão, celular, fax, o computador, antes vistos só na cidade, aos poucos se tornam comuns nas áreas rurais. “Aos poucos, a cidade não só se impõe sobre o campo, subordinando-o, como o absorve e, em muitas situações, o dissolve” (IANNI, 1996, p. 54).

Indiscutivelmente, as relações criadas entre o campo e a cidade, agricultura e outros setores econômicos, promoveram transformações nunca antes vistas no cenário nacional. Para Elias (2006a), essa nova dinâmica pressupõe uma intensa mecanização dos espaços agrícolas, como incremento também de uma nova materialidade e que gerou uma reestruturação produtiva, agora vista tanto no campo, quanto na cidade. Ao reforçar essa tese, Elias (2007, p. 115) “afirma que é possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado”, criando extensas relações entre o campo e a cidade, como resultado da crescente integração das atividades do agronegócio ao circuito da economia urbana.

De fato, todos os questionamentos, aqui discutidos, nos permitem afirmar que o surgimento de novos espaços agrícolas destinados à produção e, acima de tudo como necessidade de produção para o capitalismo agrícola moderno, acabam que reproduzindo no seu interior (tanto o campo quanto a cidade) um quadro de desigualdades socioespaciais, ou seja, ocasionam inúmeras metamorfoses de ordem política, ambiental, econômica e, sobretudo, social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a introdução de uma agricultura modernizada nas áreas do Cerrado brasileiro, presenciamos nos últimos 40 anos, nas áreas do Centro-oeste e, principalmente do Nordeste brasileiro, processos de metamorfose de algumas regiões, tendo como

componente dessas transformações as atividades ligadas ao agronegócio. Dito em outras palavras, o que se observou foi a territorialização do capital, que agora se encontra não somente na cidade, mas também no campo, promovendo, assim, novas dinâmicas socioespaciais, quer nos espaços rurais, quer nos espaços urbanos dessas novas regiões de penetração do agronegócio.

Nesse contexto, a partir do final da década de 1970, o município de Balsas vislumbra a implantação da produção de soja, em substituição à produção do arroz, que era a cultura agrícola dominante em toda a região. Vale lembrar que para que os Gerais de Balsas, da qual o município de Balsas faz parte, introduzisse a soja, foi de grande relevância o papel dos migrantes sulistas, que já em meados da década de 1970, chegaram ao Sul do Maranhão, trazendo consigo tal cultivar. Assim, Balsas se inseriu numa nova denominação dada às cidades pertencentes a essas novas regiões produtivas da agricultura do Nordeste brasileiro, as chamadas cidades do agronegócio, sendo considerada a mais nova e promissora fronteira agrícola do Cerrado nordestino.

Dessa forma, foi possível perceber que o município assumiu um significativo dinamismo no tocante às áreas dos Cerrados do Sul do Maranhão, extrapolando sua importância também para a macrorregião do chamado MATOPIBA. Como resultado desse processo, ocorreu uma grande metamorfose nessas áreas e, conseqüentemente, com o incremento da economia urbana das regiões circunvizinhas dessas novas produções agropecuárias ditas modernas. Como exemplo dessa situação, numa escala maior de importância para esse trabalho, tem a cidade de Balsas na região Sul do Maranhão.

O município viu crescer sua população urbana de forma significativa, passando a ter uma maior concentração de sua população agora na cidade e não mais no campo. Assistiu também o fenômeno da migração emergir (tanto a do campo para a cidade, como também os fluxos migratórios advindos de outras regiões do país em direção à Balsas).

Diante disso, concluímos que Balsas vê emergir uma nova reestruturação urbana após a chegada dos sulistas e que as transformações socioespaciais que ora se apresentam têm como pano de fundo as atividades do agronegócio globalizado da soja. Assim, hoje a cidade tem uma importância não mais num contexto local, e sim regional, nacional e global, deixando de ser apenas a cidade polo da região dos Gerais de Balsas, para ser a cidade de maior significância para a agricultura de exportação de grãos do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. V. **(Re) configuração espacial na cidade média: a análise de Araguaçu no Triângulo Mineiro (MG).** 2010. 299 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

BARBOSA, T. **Subsídios para a história da cidade de Balsas.** Imperatriz/MA: Ética Editora, 2008.

BRUM, Argemiro Luís; MULLER, Patrícia Kettenhuber (Org.). **Aspectos do agronegócio no Brasil.** Ijuí: Editora Unijuí, 2008. 224p.

COELHO NETO, E. **História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos.** Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, B. J. da et al. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I.** São Paulo: Anablume, 2006a. p. 221-238.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b. p. 25-82.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

FARIA, M. E. de. A agricultura moderna, cerrado e meio ambiente. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. de S. **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade.** Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 147-168.

FONSECA, F. S. de T. **Análise econômica do sistema produtivo do arroz no Maranhão.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

GRAZIANO DA SILVA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1985.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Agência de Balsas/MA. **Censos demográficos.** Balsas: IBGE, 2004. 1 disquete, 3 ½ pol. Word for Windows 98.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Resultado do Censo Demográfico de 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Resultado do Censo Agropecuário de 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LAVINAS, L.; RIBEIRO; L. C. de Q. Fronteiras: terra e capital na modernização do campo e da cidade. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, território da**

desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universidade José Bonifácio, 1991. p. 69-84.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.

MARAFON, G. J. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 03-44, jun. 1987.

MARTINS, G. I. **Entremeios:** a materialidade da produção agrícola urbana na cidade de Pirapora-MG. 2008. 136 f. TCC (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia- Unimontes, 2008.

MOTA, L. de A. **A dinâmica socioambiental na cidade de Balsas (MA) e sua região de influência (1980-2000).** 2007. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Geografia) – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

MOTA, F. M. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA):** transformações socioespaciais no pós 1980. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado nas zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG.** 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – IGCE-UNESP, Rio Claro, 1988.

SANDRI, M. M; BAÚ, S. C. S. **Balsas, palco de integração social:** o encontro do sertanejo com o do gaúcho. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPÓSITO, M. E. B; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100